

SUMÁRIO

CONSUMO DIGITAL, SUSTENTABILIDADE E SEUS DESAFIOS

- Sustentabilidade, a economia circular e o direito do consumidor na Alemanha
Sustainability, the circular economy and consumer law in Germany
CAROLINE MELLER-HANNICH e ELISABETH KRAUSBECK
TRADUTOR: RAUL CAMPOS SILVA..... 17
- Vulnerabilidade e responsabilidade civil na internet: a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil
Vulnerability and civil liability on the internet: the unconstitutionality of article 19 of the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet
GUILHERME MAGALHÃES MARTINS 33
- A responsabilidade civil do *digital influencer* nas relações de consumo na sociedade da informação
The civil liability of the digital influencer in consumer relations in the information society
EMERSON PENHA MALHEIRO e ENKI DELLA SANTA PIMENTA..... 61

PROTEÇÃO DE DADOS, PRIVACIDADE E SAÚDE DO CONSUMIDOR

- Histórico normativo da proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro: avanços e retrocessos na tutela da privacidade
Normative history of personal data protection in the Brazilian legal system: advances and setbacks in the protection of privacy
KEILA PACHECO FERREIRA e ANA PAULA BOUGLEUX ANDRADE RESENDE..... 85

- O uso e a proteção de dados pessoais na economia do compartilhamento
The use and protection of personal data in the sharing economy
 HÁGATA GUEDES FONSECA DE BRITO e MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO..... 113
- O mercado da saúde suplementar e a proteção do consumidor: reflexões em homenagem ao vigésimo aniversário da ANS
The supplementary health market and consumer protection: reflections in honor of the 20th anniversary of the National Agency for Supplementary Health Services
 BERNARDO FRANKE DAHINTEN e AUGUSTO FRANKE DAHINTEN 145

NOVOS TEMAS E DIREITO COMPARADO DO CONSUMO

- O consumidor no direito português
The consumer in Portuguese law
 JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES..... 173
- Estatuto de Defesa do Torcedor e a segurança de eventos desportivos: uma análise sobre a responsabilidade objetiva atribuída às entidades equiparadas a fornecedor e aos seus dirigentes
Sports Fan Protection Statute and the security of sportive events: an analysis of the objective civil liability of entities equivalent to a provider and its executives
 GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS e RICARDO HASSON SAYEG..... 199
- Dano moral presumido (*in re ipsa*) no âmbito do contrato de transporte aéreo: uma análise das inovações trazidas pela Lei 14.034/20
Presumed non-material damage (in re ipsa) under the air transport contract: an analysis of the innovations brought by Law 14,034/20
 CÍCERO DANTAS BISNETO 217
- O mercado de *pets* no Brasil: paralelo entre as projeções sobre a empresa Doghero e a proteção nas relações de consumo solidário
The pet market in Brazil: parallel between the projections on the Doghero enterprise and the protection in solidary consumer relations
 JEFFERSON PATRIK GERMINARI e MARIANA RIBEIRO SANTIAGO..... 243

Análise econômica do direito nas relações de consumo envolvendo pessoas com deficiência <i>Economic analysis of law in consumer relations involving people with disabilities</i>	
MOTAURI CIOCCHETTI DE SOUZA e DENILSON DE SOUZA FREITAS.....	263

Incorporação imobiliária e a defesa do consumidor <i>Real estate development and consumer protection</i>	
GIOVANI CLARK, LORRANE ANDREZA SALOMÃO CARNEIRO e SÍRLEI DE SÁ MOURA	289

ACESSO À JUSTIÇA, ADR E A EFETIVA PROTEÇÃO PROCESSUAL DO CONSUMIDOR

Sobre o conteúdo do direito fundamental à tutela do consumidor em juízo e sua interação com o direito fundamental ao acesso à justiça <i>About the meaning of the fundamental right to consumer's judicial protection and its interaction with the fundamental right to access to justice</i>	
LUIS ALBERTO REICHEL.....	315

A resolução de conflitos consumeristas no Brasil e as práticas auto/heterocompositivas: a mediação, a conciliação, a jurisdição e a arbitragem <i>Resolution of consumption conflicts in Brazil and alternative dispute resolution: mediation, conciliation, jurisdiction and arbitration</i>	
FABIANA MARION SPENGLER e THEOBALDO SPENGLER NETO	331

A ADI 3.396 e o <i>amicus curiae</i> no controle concentrado de constitucionalidade: a recorribilidade da decisão de inadmissibilidade e a atuação da pessoa natural como <i>amicus curiae</i> <i>The Procedure of Unconstitutional Law 3,396 and the amicus curiae in the concentrated control of constitutionality: the appeal of the decision of inadmissibility and the admissibility of a person as amicus curiae</i>	
RAVI PEIXOTO	355

NOTAS LEGISLATIVAS E PARECERES

Nota Técnica AMB – Emendas 67, 94 e 160 à Medida Provisória n.º 1040, de 2021 – Pretensão Resistida RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA.....	373
Portaria Decisória MP/MG sobre oferta ilícita de crédito com garantia real para evitar o direito de repactuação das dívidas da Lei 14.181/2021 FERNANDO MARTINS.....	381
Notas sobre a Lei 14.181/2021: a noção de mínimo existencial e sua aplicação imediata CLAUDIA LIMA MARQUES.....	387

COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
Linha de metrô é condenada ao pagamento de danos morais coletivos por instalar câmeras com captura facial dos usuários sem o seu devido consentimento FABIANO MENKE e JULIANA ROMAN	411
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Fabricante é responsável solidariamente pela circulação no Brasil de produtos com rotulagem em língua estrangeira e sem informação clara ao consumidor, por meio de empresa intermediária SIMONE MARIA SILVA MAGALHÃES	439
É incabível a inversão do ônus da prova em fase recursal para apuração de responsabilidade da seguradora diante da prática de atos ilícitos utilizados para justificar o não pagamento de indenização securitária decorrente de sinistros envolvendo veículos VITOR VILELA GUGLINSKI, THAÍS AMOROSO PASCHOAL e FLÁVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA MAIMONE	449

Mantida a condenação ao pagamento de danos morais coletivos por operadora de telefonia, decorrente da prática abusiva de interromper automaticamente as chamadas telefônicas de clientes assinantes de promoção	
VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA.....	467
Possibilidade de a Administração Pública ser considerada consumidora de serviços por ela contratados, somente em situações específicas em que exista vulnerabilidade	
ANA LUISA TARTER	476
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL	
É cabível a devolução integral do valor da passagem aérea de passageira diagnosticada com Covid-19 dois dias antes do embarque, tendo em vista não se tratar de liberalidade da consumidora	
MARIA LUIZA BAILLO TARGA	487
RESENHAS	
<i>Medicalização da vida: desafios à proteção do consumidor de saúde</i> , de Camille Ataíde	
DENNIS VERBICARO	501
<i>Responsabilidade civil por acidente de consumo na Internet</i> , de Guilherme Magalhães Martins	
FERNANDO RODRIGUES MARTINS	505
TABLE OF CONTENTS RDC 137	509
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA....	513